CIDADE ARMÁRIO E EXCLUSÃO: AS FERIDAS DA TRANSFOBIA NO BRASIL E O SEU IMPACTO PSICOSSOCIAL

THE CLOSET CITY AND EXCLUSION: THE WOUNDS OF TRANSPHOBIA IN BRAZIL AND THEIR PSYCHOSOCIAL IMPACIT

https://doi.org/10.63330/aurumpub.069-031

Yago Leandro dos Santos Cardoso
Graduando em Psicologia
Faculdade Ideal Faci Wyden
E-mail: Yago.cardoso.leandro@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/1929709801786481

Keilla Rafaelly do Rosário Cardoso
Graduanda em Psicologia
Faculdade Ideal Faci Wyden
E-mail: Keillarafaelly@gmail.com
Lattes: https://http://lattes.cnpq.br/2483089628911090

Fabiana Almeida da Silva
Graduanda em Psicologia
Faculdade Ideal Faci Wyden
E-mail: Fabianasilva6575@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/1812737182116086

Camilly Oliveira Farias
Graduanda em Psicologia
Faculdade Ideal Faci Wyden
E-mail: Ocamilly422@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/8260799217099438

Camila de Freitas Moraes Garcia
Doutora em Política Social e Direitos Humanos
Faculdade Ideal Faci Wyden
E-mail: camilapsi.moraes@yahoo.com.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0376021529783014

Resumo

Este artigo analisa a relação entre a produção do espaço urbano, a transfobia e a exclusão de pessoas trans e travestis no Brasil, considerando seus impactos psicossociais e as limitações ao direito à cidade. O objetivo é compreender como desigualdades e violências transfóbicas contribuem para a segregação urbana e o sofrimento psíquico. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica fundamentada em produções científicas sobre espaço urbano, gênero, vulnerabilidade social, transfobia e saúde mental. A metodologia O referencial teórico articula as contribuições de Lefebvre, Lugones, Akotirene, Mbembe, Goffman, Meyer,

Moraes e Sawaia. Os resultados apontam que a transfobia ultrapassa as relações interpessoais, manifestando-se na organização e na vivência dos espaços urbanos, restringindo a circulação, a visibilidade, o pertencimento e o acesso a direitos. Conclui-se que o sofrimento da população trans deve ser compreendido a partir de suas dimensões sociais, políticas e territoriais, superando perspectivas individualizantes.

Palavras-chave: Direito à cidade; Pessoas trans; Segregação urbana; Transfobia.

Abstract

This article analyzes the relationship between urban space production, transphobia, and the exclusion of transgender and travesti people in Brazil, considering their psychosocial impacts and the limitations on the right to the city. It aims to understand how inequalities and transphobic violence contribute to urban segregation and psychological suffering. This theoretical-bibliographic study draws on scientific literature addressing urban space, gender, social vulnerability, transphobia, and mental health. Its theoretical framework brings together the contributions of Lefebvre, Lugones, Akotirene, Mbembe, Goffman, Meyer, Moraes, and Sawaia. The findings indicate that transphobia extends beyond interpersonal relationships and is also expressed through the organization and experience of urban spaces, restricting mobility, visibility, belonging, and access to rights. The article concludes that the suffering experienced by trans people must be understood through its social, political, and territorial dimensions, moving beyond individualizing perspectives.

Keywords: Right to the city; Transgender people; Transphobia; Urban segregation.

1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano não se constitui como um mero cenário passivo ou receptáculo neutro das interações sociais humanas; ele reflete, materializa e reitera assimetrias de poder, valores hegemônicos e hierarquias sociais. No contexto contemporâneo brasileiro, a geografia das cidades atua de maneira decisiva na produção da marginalização e no assujeitamento de populações cujas identidades de gênero diferem das cisnorrmativas.

Compreender a transfobia requer, obrigatoriamente, uma análise espacializada que articule a organização do território urbano aos espaços psicossociais de adoecimento e sofrimento psíquico. A distribuição dos corpos nos fluxos da cidade, o acesso aos equipamentos públicos e a própria possibilidade de circulação livre revelam que o espaço é moldado por lógicas seletivas de pertencimento, nas quais o

corpo trans e travesti é frequentemente percebido como um elemento de desacerto ou ameaça à ordem estabelecida

A cidade é um espaço de encontros, mas também de conflitos e desigualdades. Diferentes grupos sociais ocupam territórios de maneiras distintas, e as condições de circulação são influenciadas por fatores como classe social, raça, gênero, sexualidade, identidade de gênero e território. A perspectiva de Lefebvre (2001) contribui para compreender que o espaço urbano é produzido pelas relações sociais, portanto, as desigualdades existentes na sociedade também podem se manifestar na organização e na experiência da cidade

Logo, a produção do espaço, analiticamente discutida na crítica de Lefebvre (2001), demonstra que a cidade é uma construção social contínua, moldada por contradições, políticas e econômicas. O "direito à cidade", portanto, avança à simples liberdade de transitar pelas vias públicas ou de acessar bens de consumo; refere-se ao direito fundamental de habitar, transformar e produzir o espaço de acordo com as necessidades e desejos das comunidades.

Contudo, esse mesmo direito encontra-se desigualmente distribuído ao longo das linhas de gênero, raça, sexualidade e identidade. Para a população Trans e Travestis, as barreiras simbólicas e sociais impedem a apropriação plena da malha urbana, causando uma fratura no pacto democrático e estabelecendo uma hierarquia socioespacial onde a cisgeneridade branca ocupa o centro legítimo e as dissidências de gênero são empurradas as periferias.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa teórico-bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratório-analítica. Não há coleta de dados em campo, participantes ou instrumentos aplicados a sujeitos: o conhecimento é construído pela análise crítica de produções científicas e levantamentos epidemiológicos publicados sobre transfobia, espaço urbano, exclusão social e sofrimento psíquico. A pesquisa é básica e qualitativa, voltada à compreensão de fenômenos sociais e subjetivos, e não à sua mensuração. O caráter exploratório decorre da articulação de campos geralmente tratados em separado (estudos urbanos, estudos de gênero e psicologia social); o analítico, da interpretação da literatura sob a ótica de categorias teóricas. O objetivo é compreender como a transfobia e as desigualdades sociais contribuem para a segregação urbana e o sofrimento psíquico de pessoas trans e travestis no Brasil. A pesquisa bibliográfica justifica-se pela baixa adesão e poucas discussões sobre a perspectiva trans e os impactos que as diversas formas de violência contribuem para um adoecimento psíquico e para a exclusão dessa população por não seguirem os modelos cisnormativos ou de binariedade de gênero. O texto reúne artigos, livros, teses e documentos normativos: obras de referência (Lefebvre, 2001; Mbembe, 2018; Lugones, 2014; Akotirene, 2019; Goffman, 1980), estudos brasileiros (Arán; Zaidhaft; Murta, 2008; Magno; Dourado; Silva, 2018; Miranda,

2018; Moraes, 2024), literatura sobre estresse de minoria (Meyer, 2003; Hendricks; Testa, 2012) e a Resolução CFP nº 1/2018.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CIDADE ARMÁRIO E O ESPAÇO COMO NÃO NEUTRO

O espaço urbano assume papel central, a cidade não deve ser compreendida apenas como cenário onde as experiências de vulnerabilidade acontecem, mas como um espaço atravessado por relações de poder, desigualdades e disputas pelo direito de existir e pertencer. As dificuldades de circulação, acesso a serviços, permanência em determinados espaços e construção de redes de proteção demonstram que o direito à cidade também precisa ser discutido quando se trata da população trans, contribuição de Moraes (2024) ao abordar a ideia de “cidade armário” e direito de existir, permite aproximar a discussão sobre transgeneridade das formas pelas quais determinados corpos são socialmente autorizados ou impedidos de ocupar e vivenciar os espaços urbanos.

Com isso, a desconstrução do mito da neutralidade espacial que revela que a arquitetura urbana, os sistemas de vigilância, o policiamento ostensivo e o zoneamento informal operam como agentes ativos na perpetuação de violências estruturais. As dinâmicas urbanas moldam continuamente o apagamento sistemático de subjetividades não cisnormativas, confiando-as a territórios de estigmatização ou empurrando-as para as margens da visibilidade pública. Essa segregação espacial impede o exercício pleno da cidadania, convertendo o espaço público em um campo de hipervigilância, onde a presença física de corpos dissidentes é punida com a discriminação, o assédio e até a morte.

A compreensão das dinâmicas contemporâneas de violência transfóbica nas cidades brasileiras, requer um deslocamento epistemológico em direção à teoria decolonial e à Interseccionalidade. Compreender a gravidade da exclusão trans urbana fazendo uso, unicamente, de modelos teóricos liberais e/ou eurocêntricos, que tendem a fragmentar as opressões ou a tratar a identidade de gênero de forma isolada das estruturas sócio-históricas.

A análise sobre a produção da vulnerabilidade geográfica dos corpos trans exige ampliar a perspectiva e o modo como o capitalismo, o racismo, a LGBTfobia e o machismo se articulam em conjunto desde a formação colonial para a produção do sofrimento psíquico e das desigualdades.

Com isso, como pontuado por Lugones (2014) e modelado por Akotirene (2019), o sistema moderno impôs às populações colonizadas uma hierarquia de gênero rígida, ancorada no binarismo biológico eurocêntrico. As camadas da "Colonialidade de Gênero" demonstram que a divisão categorial entre "homem" e "mulher", seguindo um pensamento morfológico genital e na funcionalidade reprodutiva, serviu como ferramenta de desumanização e destituição da ontologia das subjetividades não ocidentais.

Corpos que desafiam essa "norma" binária são tratados como "feridas coloniais", desprovidos de humanidade plena e subjugados a uma cegueira epistemológica (Lugones, 2014) que impede o reconhecimento de suas vidas como dignas de proteção. A imposição eurocêntrica modifica a dissidência de gênero em uma "anomalia" a ser corrigida, patologizada ou eliminada do espaço social.

Seguindo a mesma perspectiva de Akotirene e Moraes (2019; 2024), a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica que recusa categoricamente a simples soma de fatores (o modelo aditivo "mulher + negra + travesti + pobre"). Portanto a contribuição central da autora parte da crítica incisiva ao Direito ocidental moderno e ao feminismo eurocêntrico embranquecido, os quais operam por meio de compartimentações categoriais que invisibilizam quem se encontra nos cruzamentos estruturais.

Seguindo essa lógica, a intersecção entre o pensamento de Mbembe (2018) e a crítica interseccional de Akotirene (2019) permite entender o espaço urbano como um campo de exercício da necropolítica. Essa ideia, expressa na soberania estatal e social pela capacidade de ditar "quem pode viver e quem deve morrer" (matar e deixar de morrer). Nas cidades, as políticas da inimizade transformam determinados territórios, especialmente as periferias e zonas de prostituição, em locais de exclusão necropolítica.

A violência contra a população trans e travesti, não decorre somente de falhas pontuais de segurança pública ou políticas, mas sim de uma gestão estatal e social calculada, que utiliza o policiamento ostensivo, a negligência institucional e a cumplicidade com a violência interpessoal para gerir a eliminação progressiva de corpos considerados descartáveis pela sociedade.

Berenice Bento, em *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (2006), questiona a perspectiva que compreendem a experiência trans apenas a partir de categorias médicas e individuais. Sua análise enfatiza a maneira como os sujeitos constroem e vivenciam suas identidades de gênero em contextos sociais específicos, a autora problematiza, portanto, as normas que estabelecem quais corpos e expressões de gênero são reconhecidos como legítimos. Essa contribuição é fundamental para pensar a cidade, se os espaços urbanos são organizados a partir de determinadas expectativas sobre gênero, os corpos que não correspondem a essas expectativas podem ser submetidos a processos de vigilância e questionamento.

O corpo ocupa lugar central na experiência urbana, é por meio do corpo que o sujeito circula, se apresenta e estabelece relações, entretanto, corpo que não correspondem às expectativas normativas de gênero podem tornasse alvos de vigilância e julgamento. Bento (2006) contribui para essa discussão ao analisar a relação entre corpo, gênero e reconhecimento social, em sua obra a autora questiona a ideia de que existiria uma forma única e natural de correspondência entre corpo, gênero e identidade. Sua análise evidencia como determinadas normas sociais estabelecem expectativas sobre os corpos e sobre a maneira como devem ser reconhecidos, nesse contexto, pessoas trans podem vivenciar situações em que terceiros tentam determinar sua identidade a partir da aparência física.

Perguntas como: “mas você é homem ou mulher?” ou comentários sobre o corpo não são simplesmente manifestações de curiosidade, dependendo do contexto, podem funcionar como formas de deslegitimação e exposição, a aparência passa a ser utilizada como uma espécie de critério de validação social. Essa dinâmica demonstra como as normas de gênero podem atuar sobre a experiência urbana, o espaço público torna-se um lugar de visibilidade corporal e, consequentemente, de possibilidade de reconhecimento ou rejeição. O problema não está no corpo trans, mas nas estruturas sociais que estabelecem padrões rígidos sobre como homens e mulheres deveriam parecer e se comportar.

Letícia Nascimento, em Transfeminismo (2021), amplia essa discussão ao apresentar uma perspectiva transfeminista que questiona estruturas cisgêneras e amplia a compreensão das experiências de pessoas trans, incluindo pessoas trans, homens trans, pessoas não binárias e outras experiências que não se encaixam em modelos rígidos de gênero. O transfeminismo, nesse sentido, permite compreender que as experiências trans precisam ser analisadas considerando relações de poder e diferentes formas de opressão.

Jaqueline Gomes de Jesus, em *Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos* (2012), enfatiza a importância do reconhecimento e dos respeitos às identidades de gênero, apresentando conceitos fundamentais para compreender as experiências de pessoas transexuais, travestis e demais pessoas trans. A publicação também destaca a necessidade de combater o uso de termos preconceituosos e práticas que produzem violência simbólica, nesse sentido, o respeito ao nome, aos pronomes, e à identidade de gênero não representa apenas uma questão de linguagem, trata-se de uma dimensão do reconhecimento social do sujeito.

Quando uma pessoa é constantemente chamada por um nome que não corresponde à sua identidade, sua presença pode ser transformada em uma situação de exposição, o espaço público passa a funcionar como um lugar no qual sua identidade é questionada diante de outras pessoas. Dessa maneira, cidade armário pode ser entendida como uma cidade na qual a visibilidade trans é condicionada pela segurança e reconhecimento disponíveis em cada território.

A pessoa trans pode ser interpelada a justificar sua identidade, sua aparência ou sua presença em determinados lugares, assim, a transfobia transforma a situação cotidiana em uma experiência que pode envolver constante avaliação de riscos, a cidade passa, então, a produzir fronteiras que nem sempre são visíveis fisicamente. Não existem necessariamente muros separando pessoas trans dos demais sujeitos, mas existem barreiras simbólicas e sociais que podem limitar sua circulação.

A ideia de cidade armário permite ampliar a discussão sobre visibilidade e ocultamento das identidades trans, o “armário” pode ser compreendido como uma estrutura social na qual determinadas identidades são pressionadas a permanecer ocultas ou controladas diante de contextos considerados inseguros. No espaço urbano, essa experiência pode assumir diferentes formas, uma pessoa trans pode

sentir-se confortável para expressar sua identidade em determinados ambientes, enquanto em outros pode modificar sua forma de vestir, falar, circular ou interagir.

Isso não significa necessariamente que a pessoa deixe de reconhecer sua identidade, trata-se de uma estratégia de proteção diante de ambientes percebidos como potencialmente hostis. A necessidade de controlar a própria visibilidade produz uma experiência de vigilância permanente, antes de entrar em um local, a pessoa pode avaliar quem está presente, como será recebido, os olhares de julgamentos lançados para si e se existe a possibilidade de sofrer qualquer constrangimento.

Questões aparentemente simples podem adquirir grande importância: “vão respeitar meu nome?”, “como vão reagir à minha aparência?”, “é seguro utilizar este banheiro?”, “posso andar neste horário por estar na rua?”, “posso demonstrar afeto em público pelo meu parceiro?”. Quando essas perguntas fazem parte constantemente da rotina, a cidade deixa de ser apenas um espaço de circulação e transforma-se em um território de avaliação e risco.

Sendo assim, como citado por Moraes (2024), o conceito de "Cidade Armário" opera como um dispositivo urbano colonial de contenção, enclausuramento forçado, silenciado e invisibilizado direcionado contra corpos trans e travestis. O conceito, dialoga diretamente com a soberania espacial estatal e social (Mbembe, 2018) e à colonialidade de gênero (Lugones, 2014), funcionando sobre uma lógica de ocultamento de gênero e da identidade autêntica como pré-requisito para a sobrevivência e para a ocupação mínima dos espaços públicos e institucionais.

Trata-se de uma tecnologia de poder espacial fundada em uma verdadeira "cegueira epistemológica" (Lugones, 2014) que recusa o reconhecimento da essência da subjetividade Trans. A Cidade Armário coloca o "armário", não apenas como uma dimensão subjetiva, mas como uma fronteira geográfica concreta e simbólica: se o corpo trans recusa a invisibilidade e afirma sua expressão no espaço público, a geografia urbana responde com hostilidade, interdição territorial, privação de direitos e violência letal.

Com isso, ao mapear o cotidiano das cidades brasileiras revela que a experiência da população trans é profundamente marcada por uma "cartografia da hostilidade". Ao analisar as interações sociais diárias, aliada aos dados epidemiológicos acumulados na literatura, permite elucidar como o estigma social se traduz em barreiras físicas e geográficas que restringem os direitos civis e fundamentais dessa população.

Para isso, Goffman (1980, *apud.,* Magno; Dourado; Silva, 2018) traz uma perspectiva clássica sobre o estigma, o indivíduo que se afasta das expectativas normativas de uma sociedade é rotulado como possuidor de uma “identidade deteriorada”. (Magno; Dourado; Silva, 2018) Na vivência de travestis e pessoas trans, a estigmatização começa logo na infância e na adolescência, no seio familiar e no ambiente escolar, estendendo-se para os espaços públicos urbanos.

O afastamento com a conformidade de gênero deixa o sujeito visível para processos de punição social: olhares de repulsa, piadas, xingamentos e a recusa ao nome social operam como mecanismos diários

de desqualificação. A rotulação constante imputa aos corpos trans o estigma da anormalidade, rebaixando sua condição de sujeito de direitos nas interações sociais cotidianas.

A transfobia pode ocorrer de diferentes maneiras, ela pode assumir formas explícitas, como agressões físicas e verbais, ameaças e violência, mas também pode aparecer de maneira cotidiana e institucional, por meio de práticas aparentemente pequena que, quando repetidas, produzem processos de exclusão. O desrespeito ao nome social, a recusa em reconhecer a identidade de gênero, comentários depreciativos, olhares de julgamento e questionamentos invasivos são exemplos de práticas que podem produzir constrangimento.

O trabalho de Miranda (2018) é especialmente relevante para o presente tema porque estabelece uma relação direta entre transfobia e segregação social e urbana, o autor analisa como os estigmas direcionados às pessoas trans podem interferir na sociabilidade e no direito à cidade, a segregação não precisa ocorrer somente por meio de uma separação física explícita, ela pode ser produzida pela repetição de situações que tornam determinados espaços pouco acessíveis ou pouco seguros para determinadas pessoas. Se uma pessoa trans evita determinado bairro porque já sofreu violência naquele local, sua circulação urbana é modificada.

A cidade, nesse sentido, passa a ser vivenciada de maneira fragmentada, existem lugares considerados seguros, lugares considerados perigoso e lugares que precisam ser evitados. Esse processo produz uma espécie de mapa subjetivo da cidade, construído a partir das experiências de violência e acolhimento, território passa a ser associado não apenas à localização geográfica, mas também às memórias, afetos, medos e estratégias de sobrevivência. A pessoa trans aprende quais caminhos utilizar, quais horários evitar e quais espaços oferecem maior possibilidade de reconhecimento, isso demonstra que a transfobia pode produzir uma espécie de geografia da exclusão.

O cenário de violência seja interpessoal ou institucional vivida pela população trans, não se limita a episódios isolados, mas sim, constituindo um padrão epidemiológico. No Brasil e no exterior, pesquisa que constatam o sofrimento psíquico sofrido por essa faixa da população, os dados do Estudo TransOdara (Magno *et al*., 2024), uma das mais abrangentes pesquisas epidemiológicas multicêntricas sobre travestis e mulheres transexuais no país, revelam a magnitude da vulnerabilidade social e da prevalência de violências sofridas no cotidiano urbano, convergindo com as métricas de estudos comparativos internacionais (Hendricks; Testa, 2012).

Segundo os estudos e levantamentos epidemiológicos comunitários, apontam que entre 43% e 60% das pessoas trans reportam ter sido vítimas de violência física ao longo da vida, enquanto as taxas de violência sexual variam de 43% a 46%. (Clements-Nolle *et al*., 2006; Kenagy; Bostwick, 2005; Lombardi *et al*., 2001; Xavier *et al*., 2005; *apud.,* Hendricks; Testa, 2012).

As demais pesquisas apontaram também que 20% dos participantes trans foram recusados em postos de trabalho devido à sua identidade de gênero, 13% foram demitidos por estarem em transição ou expressarem sua identidade, e 25% relataram ter vivenciado a situação de rua em algum momento de suas vidas. (Beemyn; Rankin, 2011; *apud.,* Hendricks; Testa, 2012).

Sendo assim, estudos comparativos apontam que indivíduos trans enfrentam taxas significativamente mais elevadas de assédio e discriminação em comparação aos seus irmãos cisgêneros. No ambiente escolar e acadêmico, ter sido vítima de hostilidade ou insensibilidade baseada no gênero aumenta em aproximadamente quatro vezes a chance de tentar o suicídio. (Factor; Rothblum, 2007; Goldblum *et al.,* in press; *apud*., Hendricks; Testa, 2012).

A intersecção entre a rejeição familiar, exclusão do mercado de trabalho e vivências hostis afunilam as opções de subsistência para a população trans. Por conta disso, as demais formas de ganhar fundos para sobreviver em uma sociedade exclusória pode se tornar o trabalho sexual compulsório, não como uma escolha "querida", mas como uma via de sobrevivência econômica viável em um contexto em que o mercado de trabalho cisheteronormativo se recusa a aceitar suas candidaturas (Brandford *et al*., 2007; *apud.,* Hendricks; Testa, 2012).

Presentes nas vias públicas noturnas e periféricas, mulheres trans ficam expostas as demais formas de violência, seja ela, policial, por transeuntes, importunações sexuais e assédios, física e psicológica. Esses diversos fatores contribuem para uma esfera de hostilidade que imprime a altas taxas de estresse contribuindo para o sofrimento psíquico.

O modelo de estresse de minoria formulado por Meyer (2003) e mais tarde adaptado por Hendricks e Testa (2012) paras pessoas trans e de gênero não conforme, molda a relação entre estresse ambiental e o adoecimento psíquico através de um contínuo de estressores **distais** (objetivos e ambientais) e **proximais** (subjetivos e internos), os estressores atuam como contribuintes para a construção de possíveis adoecimentos favorecendo o sofrimento psíquico sendo eles agressões físicas, psicológicas e sexuais, rejeição familiar e negação de direitos (distais) e demais, caracterizados por padrões de esquiva, como estados de hipervigilância, ocultamento da própria identidade e internalização (proximais).

Nesse cenário, pensar na perspectiva das pessoas que sofrem o processo de adoecimento como medo de estar na cidade e participar ativamente dos espaços públicos são causados por mecanismos sociais, simbólicos e coloniais reforçados pelo sistema de estressores (distais e proximais) mantendo o indivíduo ao isolamento social forçado pelo processo de esquiva causado pelo medo e hipervigilância, a fim de proteger o corpo, mas, aos poucos, aumentando o risco ao adoecimento. Diante disso, as marcas e feridas da violência transfóbica são questões centrais a serem pensadas a fim de melhoramento de políticas públicas, formalização de programas de resiliência descolonização e posicionar os corpos trans como sujeitos políticos na malha urbana.

A exclusão, portanto, não precisa significar necessariamente a expulsão física de determinado espaço, um indivíduo pode permanecer fisicamente presente em um lugar e, ainda assim, sentir que presença é indesejada. Essa compreensão dialoga com Sawaia (1999) e sua análise psicossocial da exclusão, a autora destaca que exclusão possui dimensões objetivas, éticas e subjetivas, incluindo o sofrimento produzido por situações de desigualdade e injustiça. A noção de sofrimento ético-político é particularmente importante para compreender situações em que o sofrimento subjetivo está relacionado às condições sociais de exclusão

Aplicando essa perspectiva à população trans, pode-se compreender determinadas experiências de sofrimento não podem ser explicadas exclusivamente por características individuais, elas podem estar relacionadas à exposição contínua a situações de rejeição, discriminação e violência. A exclusão também pode ocorrer no mercado de trabalho, dificuldade de acesso ao emprego formal e discriminação podem produzir desconfiança em relação aos serviços. O medo de ser desrespeitada pode levar uma pessoa a evitar determinados espaços ou retardar a procura por atendimento, dessa forma, a transfobia precisa ser compreendida como um fenômeno que pode atravessar diferentes instituições.

A transfobia pode produzir consequências importantes para a saúde mental, especialmente quando experiências de discriminação são frequentes e prolongadas, entretanto, é fundamental evitar uma interpretação patologizante das identidades trans. A própria resolução n.01/2018 do Conselho Federal de Psicologia estabelece normas para atuação de psicólogos e psicólogas em relação às pessoas transexuais e travestis e determina que expressões e identidade de gênero não sejam compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais ou inadequações, o sofrimento não deve ser atribuído automaticamente à identidade trans, é necessário analisar as condições sociais nas quais esse sofrimento é produzido.

Nesse sentido, o conceito de sofrimento ético-político de Sawaia (1999) oferece uma contribuição importante, a autora relaciona sofrimento subjetivo às condições de desigualdade, injustiça e exclusão social. Uma pessoa que precisa constantemente avaliar se será respeitada em determinado espaço pode experimentar desgaste emocional, uma pessoa que já sofreu violência pode desenvolver medo de retornar ao local onde ocorreu a agressão, uma pessoa que constantemente tem sua identidade questionada pode sentir-se socialmente deslegitimada. Essas experiências podem afetar autoestima, vínculos sociais, sensação de pertencimento e qualidade de vida, portanto, compreender a saúde mental da população trans exige considerar as condições sociais e territoriais que atravessam suas experiências.

A Psicologia Social e comunitária possui importante contribuição para compreender a relação entre identidade, território e exclusão, em vez de individualizar o sofrimento, essa perspectiva permite analisar as condições sociais que produzem determinadas experiências. A cidade deve ser compreendida como território vivo, constituído por relações, conflito, afetos e significados, nesse contexto, o trabalho psicológico pode contribuir para criação de espaços de escuta, acolhimento e fortalecimento comunitário,

a atuação profissional também pode envolver ações de educação em direitos humanos, combate à discriminação, formação de profissionais e construção de estratégias institucionais de acolhimento

Assim, a Psicologia não deve tratar as pessoas trans como um problema a ser corrigido, o foco deve estar na compreensão da experiência do sujeito e das condições sociais que atravessam sua vida, isso implica reconhecer a autonomia, a identidade e a capacidade de participação das pessoas trans na construção de suas próprias trajetórias. Também significa que pessoas trans não são apenas vítimas de violência, elas produzem conhecimento, constroem redes de apoio, desenvolvem estratégias de resistência, ocupam espaços culturais e políticos e transformam os territórios onde vivem

A discussão sobre cidade armário conduz necessariamente à reflexão sobre o direito à cidade, se a cidade é um espaço coletivo, todas as pessoas deveriam poder participar de sua vida social com dignidade. Nesse sentido, garantir o direito à cidade para a população trans significa criar condições para que essas pessoas possam circular, estudar, trabalhar, acessar serviço, estabelecer vínculos e ocupar espaços públicos sem precisar esconder ou negar sua identidade, a transformação desse cenário depende de ações institucionais e sociais.

Escolas e universidades podem desenvolver políticas de respeito à diversidade de gênero, Serviços de saúde podem garantir atendimento humanizado e livre de discriminação; empresas podem implementar políticas de inclusão à identidade de gênero; órgãos públicos podem fortalecer mecanismos de proteção e denúncia; espaços culturais e comunitários podem ampliar a visibilidade e participação de pessoas trans.

Essas ações não eliminam automaticamente as desigualdades, mas podem contribuir para transformar as condições de participação social, também é fundamental reconhecer a importância das redes comunitárias, espaços de convivência entre pessoas trans podem proporcionar apoio emocional, troca de experiências e construção de estratégias coletivas.

A presença de pessoas trans na cidade também pode ser compreendida como uma forma de reivindicação do direito de existir publicamente, ocupar uma praça, um shopping, um espaço cultural, um serviço de saúde ou um ambiente profissional representa, nesse sentido, a afirmação de que esses espaços também pertencem à população trans.

Portanto, a transfobia urbana no Brasil opera como um mecanismo estrutural, colonial e letal de contenção territorial, onde, ao produzir a "Cidade Armário", restringe o direito à cidade e impõem formas de estresse sobre esses corpos. Esse molde da exclusão é responsável diretamente pela degradação da saúde mental, pelo isolamento social e pelos altos índices de risco ao suicídio entre a população Trans e Travesti, tornando uma visão mais ampla sobre as questões transgênero e de políticas públicas mais eficientes, voltadas para essa parcela da população descolonizando o espaço e das práticas de atenção psicossocial.

4 CONCLUSÃO

A análise da produção científica acerca da transexualidade e da vulnerabilidade social evidência que as experiências vivenciadas pela população trans não podem ser compreendidas de maneira isolada ou reduzida às características individuais dos sujeitos. A literatura demonstra que as desigualdades enfrentadas por pessoas trans são produzidas e intensificadas por condições sociais, econômicas, institucionais e territoriais que atravessam diferentes que atravessam diferentes dimensões da vida cotidiana, incluindo saúde, educação, trabalho, moradia, segurança, acesso a direitos e saúde mental. Nesse sentido, compreender a vulnerabilidade social da população trans exige uma perspectiva psicossocial capaz de articular as condições concretas de existência às experiências produzidas no interior dessas relações.

Os estudos analisados apontam que a transfobia constitui um importante elemento na produção dessas desigualdades, manifestando-se tanto em situações explícitas de violência quanto em práticas institucionais, dificuldade de acesso a serviços, discriminação e ausência de reconhecimento. (Arán; Zaidhaft; Murta, 2008) já evidenciavam a necessidade de compreender a transexualidade para além de uma perspectiva exclusivamente biomédica, considerando a relação entre corpo, subjetividade e contexto social. Essa compreensão permanece relevante diante das evidências mais recentes que identificam barreiras de acesso à saúde e aos demais serviços públicos, demonstrando que a existência de direitos formalmente reconhecidos não significa, necessariamente, sua efetivação na experiência cotidiana.

A contribuição de Nascimento (2021) permite ampliar essa discussão ao considerar as experiências trans a partir do transfeminismo, valorizando a autonomia, a identidade e as experiências completas desses sujeitos. Já a perspectiva interseccional de Akotirene (2019) evidencia que não existe uma experiência única de ser uma pessoa trans, gênero, raça, classe social, sexualidade e território podem se articular, produzindo formas diferentes de exposição à vulnerabilidade. Assim, analisar a população trans como um grupo homogêneo pode ocultar desigualdades importantes existentes no interior da própria população.

A perspectiva de Sawaia (1999) é igualmente fundamental para compreender as repercussões subjetivas desse processo, o conceito de sofrimento ético-político possibilita compreender que o sofrimento psicológico não deve ser desvinculado das condições sociais que o produzem. Experiências recorrentes de discriminação, violência, rejeição, insegurança e exclusão podem afetar a construção de vínculos, o sentimento de pertencimento e a própria relação do sujeito consigo e com o mundo. Dessa forma, a saúde mental não deve ser analisada apenas como uma questão individual, mas também como fenômeno relacionado às condições sociais e políticas de existência.

Nesse cenário, o espaço urbano assume papel central, a cidade não deve ser compreendida apenas como cenário onde as experiências de vulnerabilidade acontecem, mas como um espaço atravessado por relações de poder, desigualdades e disputas pelo direito de existir e pertencer. As dificuldades de circulação, acesso a serviços, permanência em determinado espaços e construção de redes de proteção demonstram

que o direito à cidade também precisa ser discutido quando se trata da população trans, contribuição de Moraes (2024) ao abordar a ideia de "cidade armário" e direito de existir, permite aproximar a discussão sobre transgeneridade das formas pelas quais determinados corpos são socialmente autorizados ou impedidos de ocupar e vivenciar os espaços urbanos.

Portanto, o estado da arte permite identificar avanços importantes na produção científica, mas também revela lacunas que justificam a continuidade da investigação, ainda é necessário aprofundar a compreensão sobre como diferentes configurações territoriais interferem na experiência de pessoas trans, especialmente no que diz respeito à circulação urbana, pertencimento, acesso à políticas públicas, redes de apoio e saúde mental. Também se mostra necessário ampliar pesquisas que contemplem diferentes regiões brasileiras, diferentes identidades dentro da população trans e as intersecções de gênero, raça, classe e território.

Dessa maneira, investigar a transexualidade e vulnerabilidade social no espaço urbano significa compreender como a cidade, as instituições e as relações sociais participam de produção das desigualdades, mas também reconhecer a capacidade dos sujeitos de construir estratégias de resistência, pertencimento e transformação.

A partir de uma perspectiva da Psicologia Social, torna-se fundamental superar interpretações individualizantes de sofrimento e considerar as condições concretas nas quais as subjetividades são produzidas. Assim, a presente proposta busca contribuir para uma compreensão mais ampla das experiências trans, articulando vulnerabilidade, território, exclusão e saúde mental, de modo a fortalecer a produção científica e subsidiar práticas sociais e políticas públicas comprometidas com reconhecimento, dignidade, proteção e efetivação de direitos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ARÁN, Márcia; ZAIDHAFT, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 70–79, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 1, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP, 2018.

HENDRICKS, Michael L.; TESTA, Rylan J. A conceptual framework for clinical work with Transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the Minority Stress Model. **Professional Psychology: Research and Practice**, v. 43, n. 5, p. 460-467, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

KULICK, Don. **Travesti**: sex, gender, and culture among Brazilian transgendered prostitutes. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LOBATO, Maria I. et al. Psychological distress among transgender people in Brazil: frequency, Intensity and social causation – an ICD-11 field study. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 41, n. 4, p. 310-315, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MAGNO, Laio et al. Discriminação por identidade de gênero entre mulheres trans e travestis no Brasil: uma análise de classes latentes e fatores associados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 27, supl. 1, e240012.supl.1, p. 1-13, 2024.

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da. Estigma e Resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, e00135917, p. 1-14, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEYER, Ilan H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual Populations: Conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.

MIRANDA, Davi. A cidade dos invisíveis: a transfobia como um instrumento de segregação social e urbana. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 331-347, 2018. ISSN 2177-2886.

MORAES, Camila de Freitas. **Descolonizando a "cidade armário**": as filhas de Chiquita e O direito de existir. 2024. 170 f. Tese (Doutorado em Política Social e Direitos Humanos) –Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2024.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.